

A EXPERIÊNCIA EXTENSIONISTA NA QUALIFICAÇÃO DAS POLÍTICAS PENAIS NA 5ª REGIÃO PENITENCIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL

EDUARDA ROSS DA CRUZ¹; FLAVIA GIRIBONE ACOSTA DUARTE²; LARA BOTELHO CROCHI³; MARINA NOGUEIRA MADRUGA⁴;

LUIZ ANTÔNIO BOGO CHIES⁵:

¹ Universidade Católica de Pelotas – eduarda.cruz@sou.ucpel.edu.br

² Universidade Católica de Pelotas – flavia.duarte@sou.ucpel.edu.br

³ Universidade Católica de Pelotas – contato.laracrochi@gmail.com

⁴ Universidade Católica de Pelotas – marina.nogueira@ucpel.edu.br

⁵ Universidade Católica de Pelotas – luiz.chies@ucpel.edu.br

1. INTRODUÇÃO

A questão penitenciária reflete os paradoxos entre o discurso de um castigo penal civilizado, baseado na privação de liberdade, e a realidade das prisões. As manifestações mais evidentes deste problema incluem superlotação e violação de direitos fundamentais, degradação das estruturas físicas, falta de recursos humanos e materiais, desvalorização e adoecimento dos servidores. Esses desafios são particularmente observados na 5ª Região Penitenciária, que abrange seis unidades prisionais, localizadas nos municípios de Camaquã, Canguçu, Jaguarão, Pelotas, Rio Grande e Santa Vitória do Palmar, e um Instituto Penal de Monitoramento Eletrônico.

Este trabalho tem como objetivo relatar a atuação das extensionistas do Projeto de Extensão “Qualificação das Políticas Penais na 5ª Região Penitenciária do Rio Grande do Sul”, vinculado à Universidade Católica de Pelotas e ao PROEXT-PG. As extensionistas, discentes do Programa de Pós-Graduação em Política Social e Direitos Humanos e do curso de Graduação em Serviço Social, desenvolvem pesquisas voltadas para temas relacionados à questão penitenciária. Importante salientar que o projeto conta também com a participação de um estudante do Mestrado Profissional Saúde e Ciclo Vital e uma estudante do Curso de Odontologia. Sendo uma das propostas do projeto relacionar mais de um programa de Pós-graduação da Universidade, envolvendo desde estudantes da graduação até o pós-doutoramento.

O projeto de extensão tem duração prevista de 24 meses. Possui dois campos temáticos: 1) Organização e fortalecimento dos conselhos da comunidade; 2) Área da saúde dentro dos ambientes prisionais. Nos primeiros 12 meses, ficou acordado que o enfoque seria para o primeiro campo temático e, é sobre esse item que discutiremos neste trabalho. O objetivo principal do projeto é fomentar ações de valorização, qualificação, capacitação e assessoramento de atores e órgãos da Execução Penal — com ênfase em Servidores Penitenciários e membros de Conselhos da Comunidade.

2. METODOLOGIA

A primeira reunião do projeto de extensão foi realizada no dia 11 de março de 2024. Nessa ótica foram previstos alguns produtos do projeto, sendo eles:

1) Capacitação: mapeamento de conselhos existentes na região, destacando suas trajetórias e fragilidades; primeira capacitação intitulada “Fortalecendo vínculos: estratégias para Conselhos da Comunidade”, realizado na Universidade Católica de Pelotas”, nos dias 19 e 20 de abril; reuniões de assessoria com atores dos Conselhos da Comunidade para implementação de Leis de Fundos Municipais para Políticas Penais.

2) Eventos: 5º Fórum "Prisão, Universidade e Comunidade" realizado nos dias 25 e 26 de setembro de 2024 e meta de realizar o 6º Fórum em 2025, com foco em saúde.

3) Cartilhas: Elaboração de duas cartilhas e uma nota técnica. Para elaboração da primeira cartilha foi realizado: análise de banco de dados de legislações já existentes que versam sobre Fundos Municipais.

4) Boletins Técnicos: Enfoque nos conselhos.

Para concretização desse plano de trabalho, foi definida uma equipe fixa para o projeto; a criação de um grupo de *WhatsApp* para comunicação eficiente, bem como uma pasta no *Google Drive* para compartilhamento de documentos relevantes e definição da periodicidade das reuniões. Nesse sentido, as reuniões ocorrem a cada quinze dias, sempre às quartas-feiras, na Universidade Católica de Pelotas. Os encontros possuem como objetivo elaborar e criar metodologias para as atividades, bem como, avaliar e refletir sobre estas. A partir das reuniões são distribuídas tarefas a serem desenvolvidas entre os encontros.

Tanto a capacitação como o Fórum foram articulados com outros setores da sociedade, respectivamente, laboratório de inovação em políticas penais (LABIPP), Superintendência dos Serviços Penitenciários (SUSEPE), Secretaria dos Sistemas Penal e Socioeducativo, Escola do Serviço Penitenciário, 5ª Delegacia Penitenciária Regional e Conselho da Comunidade da Execução Penal da Comarca de Pelotas.

3. RELATOS E IMPACTOS GERADOS

Capacitação

A ação “Fortalecendo vínculos – Curso de Capacitação em Estratégias para Conselhos da Comunidade” fora desenvolvida no mês de abril de 2024, possuindo a carga horária de 12h e tendo como público alvo os membros de Conselhos da Comunidade da Execução Penal da 5ª Região Penitenciária do Rio Grande do Sul. O objetivo central foi de fortalecimento institucional destes atores para fins de elaboração e execução de Políticas e Serviços Penais.

Durante o curso, os participantes foram incentivados a explorar o papel das políticas sociais no contexto das comunidades locais, entendendo como os conselhos podem inserir-se na implementação de medidas que impactem a população privada de liberdade e egressa de sua comunidade. Por meio de metodologias ativas que favoreceram a troca de conhecimentos e experiências, foram abordadas as particularidades regionais a fim de identificar ferramentas para a gestão de projetos, proporcionando maior flexibilidade e adaptação às necessidades e desafios. Destaca-se, também, a exploração de técnicas e estratégias para captação de recursos financeiros e materiais, fator crucial para a viabilização de projetos e ações dos conselhos, para além de estratégias organizacionais que visam a otimização dos processos internos e garantem uma atuação mais eficiente.

A programação priorizou momentos imersivos nas realidades locais, tendo seu conteúdo estruturado em módulos que exploraram, entre outros temas, uma

radiografia da 5ª Região Penitenciária do Rio Grande do Sul, o Programa Fazendo Justiça, as Políticas e Serviços Penais e o gerenciamento de projetos. Assim, esta ação proporcionou uma oportunidade significativa de aprendizado e desenvolvimento para os Conselheiros da Comunidade, fortalecendo suas habilidades e conhecimentos para atuarem de forma mais efetiva em suas respectivas regiões.

Eventos

O 5º Fórum “Prisão, Universidade e Comunidade” aconteceu nos dias 25 e 26 de setembro de 2024 na modalidade presencial na Universidade Católica de Pelotas e teve como enfoque a valorização dos Servidores Penitenciários e membros de Conselhos da Comunidade. Apesar das fortes chuvas que assolaram a região sul no período, o evento foi mantido. Na ocasião, compareceram cerca de 71 pessoas no evento, além de autoridades e palestrantes. Além das palestras, o evento contou com mostras de boas práticas e pesquisas. O público do evento abarcou estudantes da universidade, servidores da SUSEPE, advogados, membros do judiciário, do poder executivo e pesquisadores.

Cartilhas

Para elaboração da cartilha e da nota técnica, foram identificadas e selecionadas vinte e uma leis municipais sobre o Fundo Municipal de Políticas Penais. A coleta dessas leis seguiu dois métodos principais: a) Consulta ao site do CNJ: A primeira etapa do processo envolveu a busca e a extração de leis municipais diretamente do site do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). b) Busca ativa pelos integrantes do grupo de trabalho: paralelamente, uma busca ativa foi realizada pelos membros deste grupo de trabalho, envolvendo a análise de sites de prefeituras, câmaras municipais e outros repositórios digitais que pudessem conter legislações sobre o tema. É importante ressaltar que, mesmo diante dos esforços de pesquisa, as leis coletadas não representam a totalidade das legislações municipais existentes sobre o Fundo Municipal de Políticas Penais, mas sim uma parcela significativa.

Após a etapa da coleta, transcorreu-se o período de análise das leis. Utilizamos as dimensões elencadas por André Cellard (2012), quais sejam: 1) a análise preliminar (exame); 2) o contexto, o autor e os atores, a autenticidade e a confiabilidade do documento, a natureza, os conceitos-chave e a lógica interna (crítica do documento). Foram observados os seguintes critérios: ordem cronológica da entrada em vigor; distribuição por ano de criação; os tipos de recursos previstos para utilização dos fundos municipais e composição do conselho gestor.

A partir dessas reflexões, está em fase de elaboração a nota técnica e a cartilha, faltando apenas a publicação. Acredita-se que a divulgação desses materiais técnicos facilite a atuação dos conselhos da comunidade e consequentemente da municipalidade para a criação das legislações sobre o fundo municipal.

Boletins Técnicos

Os Boletins Técnicos constituem-se em um produto simples (até duas páginas), mas que tem grande impacto na comunidade. A ideia é que ele sirva para construção de uma pauta, divulgação científica e disputa política de um campo. Esse boletim é encaminhado para os veículos de imprensa da cidade e região, possibilitando, assim, que as pesquisas sejam debatidas pela sociedade. Até o momento, foi publicado um boletim técnico intitulado “Necessidade de apoio dos

Poderes Públicos aos Conselhos da Comunidade da 5ª Região Penitenciária do RS” em março de 2024, elaborado pelo Professor coordenador do projeto.

4. CONSIDERAÇÕES

A questão penitenciária é um ponto-chave para compreender nossa sociedade. No entanto, momentos reflexivos sobre o tema ainda são raros em ambientes acadêmicos, especialmente nos quais os atores que trabalham no sistema e a comunidade estão envolvidos. Em outras palavras, existem muitos tabus sobre o tema, bem como armadilhas discursivas corriqueiras do dia a dia. Projetos como o apresentado aqui, visam romper com essas barreiras e propor debates aprofundados, qualificação e valorização dos profissionais e compreensão crítica da realidade prisional no Brasil e, sobretudo, na 5ª Região Penitenciária do Rio Grande do Sul, além, é claro, de medidas de enfrentamento à realidade.

Nesse sentido, a experiência extensionista proporciona aos estudantes condições de auxiliar na transformação da realidade e qualificação das políticas penais, conectadas aos seus temas de pesquisa, a partir de uma atuação propositiva junto aos atores da realidade local da 5ª Região Penitenciária.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Nota Técnica Instituição de Fundos Municipais para Políticas Penais**. Brasília, CNJ, 2021.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Resolução N. 488, de 23 de fevereiro de 2023**. Institui a Política Judiciária para o fortalecimento dos Conselhos da Comunidade e dá outras providências. Brasília: CNJ, 2023.

CELLARD, André. A análise documental. *In*: POUPART, Jean; DESLAURIERS, Jean-Pierre; GROULX, Lionel-H.; LAPERRIÈRE, Anne; MAYER, Robert; PIRES, Álvaro (org.). **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

CHIES, Luiz Antônio Bogo. A questão penitenciária. **Tempo Social**, v. 25, n. 1, 2013.